

---

# OS SIGNOS TOTALITÁRIOS DO MUNDO ULTRALIBERAL

Jeanine Nicolazzi Philippi

Doutora em Direito.  
Professora dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Direito da UFSC

**Resumo:** O presente ensaio procura discutir, a partir do texto *1984*, de George Orwell, a matriz anônima de controle sistêmico das sociedades democráticas liberais, orquestrada pela economia de mercado. Para além da *publicidade oficial*, este pequeno texto busca, sobretudo, questionar a dissolução das referências regulatórias em um mundo economicamente globalizado, sinalizando o que cala nos antípodas da versão contemporânea da *liberdade*: uma dimensão perversa da permissividade que necessita ser seriamente analisada, tanto no plano das práticas jurídico-políticas atuais quanto nas suas incidências subjetivas, ou seja, no processo de formação dos *homens liberais* habilitados a funcionar em um campo lógico no qual *tudo é possível*.

**Palavras-chave:** legalidade; subjetividade; democracia; liberdade; totalitarismo.

## LOS SIGNOS TOTALITARIOS DEL MUNDO ULTRALIBERAL

**Resumen:** El presente ensayo busca discutir, a partir del texto *1984* de George Orwell, la matriz anónima de control sistémico de las sociedades democráticas liberales, orquestada por la economía de mercado. Para más allá de la *publicidad oficial*, este pequeño texto busca, sobretudo, cuestionar la disolución de las referencias reguladoras en un mundo económicamente globalizado, señalando lo que calla en los antípodas de la versión contemporánea de la *Libertad*: una dimensión perversa de la permisividad que necesita ser seriamente analizada, tanto en el plan de las prácticas jurídico-políticas actuales, cuanto en sus incidencias subjetivas, es decir, en el proceso de formación de los hombres liberales habilitados a funcionar en un campo lógico en el que todo es posible.

**Palabras-clave:** legalidad; subjetividad, democracia; libertad; totalitarismo.

A literatura conta, através de sua história, certas fábulas de antecipação. Embora o gênero ao qual pertencem essas obras – a utopia técnico-científica ou ficção social – seja alvo de controvérsias literárias, as páginas desses textos expõem de forma curiosa *topos* do pensamento cotidiano e da imaginação social.<sup>1</sup>

No século XX, o impacto das guerras mundiais, das grandes crises econômicas e das ditaduras industriais ajudou a traçar as vias de uma distopia que levou à visão de um sistema totalitário hegemônico. Nas vagas dessa corrente, surge *1984*, descrevendo uma sociedade marcada por uma economia comunista de penúria, na qual os cidadãos são submetidos a uma absoluta disciplina física e mental cujo objetivo consiste em deslocar o sinistro da repressão externa para a interiorização dessa coerção. Nela, a história foi suprimida, o passado e o futuro são negados na celebração de um eterno presente – a realidade construída pela classe dirigente, na qual todos são obrigados a acreditar. O consumo da atualidade oficial reduz as possibilidades humanas aos imperativos do Grande Irmão infalível e onipotente. “*Sua função é a de ponto focal para o amor, medo, reverência, emoções que podem ser mais facilmente sentidas em relação a um indivíduo do que a uma organização*”.<sup>2</sup> Abaixo dele, a humanidade identificada ao partido, “*moldada e criada pelo mundo estéril da indústria monopolista e do governo centralizado*”.<sup>3</sup> Os outros não contam [...] São indivíduos infinitamente maleáveis, inermes como os animais<sup>4</sup> que vivem por hábito transformado em instinto, sem jamais revelar desânimo ou ressentimento.<sup>5</sup> Sua consciência se reduz à ortodoxia legalmente constituída; sua existência, ao gozo de uma infelicidade-padrão.

A invenção da imprensa, diz Orwell, tornou fácil manipular a opinião pública. Com o progresso técnico e o desenvolvimento da televisão, a vida particular acabou, pois cada cidadão passou a ser mantido ao alcance da propaganda oficial vinte e quatro horas por dia. Assim, surgiu pela primeira vez a possibilidade de “*impor não apenas a completa obediência à vontade do Estado como também a completa uniformidade de opinião em todos os súditos*.”<sup>6</sup>

<sup>1</sup> Neste sentido, ver: RAMONET, Ignacio. p. 1 e KURZ, Robert. Parábolas do meio irmão. In: *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 1º/06/2003. p. 15.

<sup>2</sup> ORWELL, George. *1984*. São Paulo: Ed. Nacional. 1983. p. 195

<sup>3</sup> Idem, p. 192/193

<sup>4</sup> Idem, p. 250

<sup>5</sup> Idem, p. 29/37

<sup>6</sup> Idem, p. 193

“A história parou, nada existe exceto um presente sem fim, no qual o partido tem sempre razão”.<sup>7</sup> A essa frase de Orwell, os entusiastas e conformistas do mundo do capitalismo globalizado reagem com gratidão, afirmando que *1984* teria contribuído, ao alertar sobre o horror totalitário comunista, para um futuro – hoje praticamente consolidado – de liberdade e democracia *orquestrado* pela economia de mercado. Mas como as páginas desse texto expõem de forma instigante certas modalidades da imaginação social que insistem à revelia da propaganda liberal, é preciso, também, saber reconhecer alguns signos da distopia orwelliana na matriz anônima de controle sistêmico das atuais sociedades democráticas.<sup>8</sup>

Em um tempo no qual a publicidade insiste na autonomia econômica, política, jurídica e simbólica do sujeito, anunciando a possibilidade de dissolução das referências regulatórias, essa aproximação pode, contudo, parecer forçada, fantasiosa [...] Contra as amarras legais do Estado legislador e da ordem moral conservadora – intolerante e cruel – os apelos publicitários que representam a concorrência vital na cena política contemporânea fixam a desregulação – necessária à expansão econômica em escala planetária – como um marco emancipatório dos indivíduos em relação às regras alienadas do jogo social, justificando, no mesmo movimento, a implementação de um *self-service* normativo que identifica a liberdade individual e coletiva à possibilidade de rompimento dos marcos legais instituídos.

A atmosfera social de uma cidade sitiada por uma legalidade férrea que não admite questionamento ou oposição – condição inevitável de sobrevivência no mundo de *1984* –,<sup>9</sup> parece ser incompatível com esse *laissez faire* que alia a fantasia de gozar sem entraves à prática do *tudo é possível* em um contexto sociopolítico no qual o prestígio da idéia da luta pela vida torna aceitável, como explicação para o progresso humano, as predações “*dos devoradores mais fortes em sua competição por sua presa natural.*”<sup>10</sup>

O que cala, contudo, nos antípodas dessa versão singular da liberdade, é a dimensão perversa da permissividade... Em um mundo no qual capacidade decisória e normativa está sendo cada vez mais condicionada por núcleos extraterritoriais de poder, inacessíveis aos cidadãos, a máxima

<sup>7</sup> Idem, p. 146

<sup>8</sup> KURZ, op. cit., p. 15

<sup>9</sup> ORWELL, op. cit., p. 180

<sup>10</sup> LACAN, Jacques. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p. 123

licença de manobra a eles preservada impõe, ao mesmo tempo, maiores restrições às possibilidades de deliberação e, conseqüentemente, aumento da impotência dos sujeitos diante das decisões que afetam a sua existência.

Aquilo que liberta os *devoradores mais fortes* repercute nas extremidades receptoras como catástrofe. Na contraface do discurso liberal contemporâneo, contam-se, também, os totais humanos registrados na coluna do débito – as criaturas que, no texto orwelliano, não participam da humanidade definida pela propaganda oficial. Para dimensionar o espectro dessa relação é interessante retomar o relato dos jornalistas alemães Hans-Peter Martin e Harald Schuman acerca de uma reunião de grandes empresários na Califórnia. Nesse encontro de pragmáticos do mercado, o futuro foi resumido em um par de números: vinte por cento da população em condições de trabalhar no século XXI seriam suficientes para manter o ritmo da economia mundial. Um quinto do contingente humano bastaria, portanto, para produzir as mercadorias e prestar os serviços qualificados que a *sociedade mundial* poderá demandar. O *resto*, cerca de oitenta por cento das pessoas, seria considerado redundante para as metas de eficiência econômica.<sup>11</sup>

Os regimes totalitários, alerta Hannah Arendt, não visam simplesmente ao domínio despótico dos homens, mas à implementação de um sistema no qual eles sejam supérfluos.<sup>12</sup> Somente onde há grandes massas inúteis passíveis de serem sacrificadas “*é que se torna viável o governo totalitário*”.<sup>13</sup> Lendo a parábola de Orwell à luz do liberalismo triunfante, pode-se reconhecer, então, um sistema amadurecido – emancipado de qualquer controle político ou social – cuja vocação totalitária faz *1984* parecer inocente.<sup>14</sup>

Para além das representações convencionais dos imperativos da *flexibilização*, a desterritorialização política que marca as sociedades contemporâneas expõe um espaço jurídico vazio, onde a lei vigora na figura da sua própria dissolução, impondo, segundo Giorgio Agamben, um estado de exceção, uma forma extrema de vínculo que inclui os sujeitos excluindo-os, abandonando-os [...]:

<sup>11</sup> MARTIN, Hans-Peter; SCHUMAN, Harald. *Armadilha da globalização*. São Paulo: Globo, 1997, p. 10/11

<sup>12</sup> ARENDT, Hannah. *As origens do totalitarismo – anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 502/508

<sup>13</sup> Idem, p. 360/361

<sup>14</sup> KURZ, op. cit., p. 15

Aquele que foi banido não é, na verdade, simplesmente posto fora da lei e indiferente a esta, mas é abandonado por ela, ou seja, exposto e colocado em risco no limiar em que vida e direito, externo e interno, se confundem. Dele não é possível dizer que esteja fora ou dentro do ordenamento... A potência insuperável do nomos, a sua originária força de lei, é que ele mantém a vida em seu bando abandonando-a. (AGAMBEN, 2002, p. 36)

A zona de indiferença entre estatalidade e pseudo-natureza Hannah Arendt identificou ao campo – a matriz do espaço político próprio do domínio totalitário onde tudo é possível [...] <sup>15</sup> Esse território de concentração de gozo mortífero <sup>16</sup> irrompeu seus limites espaço-temporais e, hoje, a agonia das margens desenganadas do sistema capitalista triunfante expõe a sua metamorfose mais próxima [...]

O espectro do campo atravessa, portanto, a superfície unívoca da publicidade liberal e apresenta as suas credenciais na insistência não apenas dos eventos macabros que colocam em questão a consistência imaginária do discurso contemporâneo da liberdade mas, também, na promessa de que a falta poderá ser banida do horizonte humano, ou seja, na ficção de um mundo no qual o desejo cede lugar à urgência da satisfação do gozo.

O liberalismo atual, adverte Charles Melmann, tem incidências subjetivas que precisam, também, ser seriamente avaliadas. A expansão sem limites das finanças, do comércio e da indústria globais dependem da dissolução dos marcos regulatórios tradicionais e da fragmentação política, para criar populações de consumidores ávidos de gozo, isto é, de *homens liberais* que funcionem em um campo lógico, no qual *tudo é possível*. <sup>17</sup>

Na escala dessa exigência, a responsabilidade do sujeito cede espaço aos mandatos que *instrumentalizam* o consumo de um gozo-padrão. Quando, no final dos anos 60 e início dos anos 70, Lacan ministrava seu Seminário sobre *O avesso da psicanálise*, ele já nos alertava para os efeitos dessa *insistência bizarra* que não representa uma função dos ciclos de necessidade e de satisfação da vida, mas expõe o próprio retorno ao inani-

<sup>15</sup> ARENDT, op. cit., p. 477/478

<sup>16</sup> REYMUNDO, Oscar. Psicanálise e segregação. In: PHILIPPI, Jeanine Nicolazzi (org.). *Legalidade & subjetividade*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2002, p. 110

<sup>17</sup> MELMANN, Charles. *L' homme sans gravité – jour à tout prix*. Paris: Editions Denöel, 2002, p. 70/224/225

mado,<sup>18</sup> ou seja, ao ponto de horizonte onde a existência toma o sentido da morte.

À fantasia de gozar sem entraves – vista como signo libertário por excelência das chamadas democracias de mercado – Lacan associa, portanto, o imperativo *Goza!* como uma imposição obscena e feroz, identificada àquilo que há de mais fascinante e devastador nas experiências do sujeito.<sup>19</sup> Por isso, dizia, também, ser tarefa da psicanálise barrar as buscas obstinadas de totalidade e inspirar o duro desejo de desejar. Transpondo as fronteiras da saciedade prometida, o discurso psicanalítico convida a rasgar o véu do fantasma, para que o reflexo absoluto do gozo ceda lugar à experiência do limite dos seres que, imersos em um universo simbólico, no qual tudo significa algo e mil coisas a mais, jamais poderão chegar à satisfação plena, uma vez que basta que digam alguma coisa ou realizem um ato para que o caminho abra-se novamente, relançando o desejo. “*O fracasso do gozo[...] não é uma maldição divina, mas a própria condição de possibilidade do sujeito e, portanto, da humanidade*”.<sup>20</sup>

Ninguém pode, sob pena de loucura, pretender ser todo. Disso, no entanto, o discurso liberal contemporâneo não quer nada saber [...] Em nome dos ideais de realização individual, institui um estilo de vida que não suporta limitação ou restrição onde decanta a “*oferenda a deuses obscuros de um objeto de sacrifício, ao qual poucos sujeitos podem escapar em uma captura monstruosa*”.<sup>21</sup>

Contra a inscrição de uma experiência que possa, ainda, dimensionar algum compromisso ético em relação aos impasses de uma subjetividade abandonada aos imperativos do gozo, o espectro da *permissividade liberal* define o apelo para que o sujeito se deixe sonhar, pois a irresponsabilidade de não fazer nada o tranqüiliza e o adormece.<sup>22</sup>

<sup>18</sup> LACAN, Jacques. *O seminário – o avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992, p. 43/44

<sup>19</sup> LACAN, Jacques. *O seminário – os escritos técnicos de Freud*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986. p. 126

<sup>20</sup> POMMIER, Gerard. *Freud apolítico?* Porto Alegre: Artes Médicas, 1989, p. 52

<sup>21</sup> LACAN, Jacques. *O seminário – os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p. 259

<sup>22</sup> GOLDENBERG, Ricardo. *No círculo cínico – ou caro Lacan, por que negar a psicanálise aos canalhas?* Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002, p. 101